



Mulher não comprova participa o em bol o e perde pr mio

A Justiça negou o pedido de uma mulher para ter direito a uma parte do pr mio de R\$ 81,5 milhões da Mega Sena da Virada de 2012. O juiz Enyon Fleury de Lemos, da 18  Vara Cível e Ambiental de Goiânia, entendeu que as provas apresentadas pela autora não foram suficientes para comprovar que ela participou do bol o premiado, dividido entre três amigos. Os ganhadores chegaram a ter os bens bloqueados em decisão liminar. Agora, com a sentença proferida a favor deles, foi expedido alvará para normaliza o de suas contas e bens.

De acordo com os autos, a mulher e o organizador do bol o costumavam fazer apostas juntos. Ela alegou ter ganhado um pr mio, em setembro ou outubro do mesmo ano, no valor de R\$ 27,50, na Lotof cil. Ela teria deixado a quantia com o amigo, para que ele fizesse novas apostas. Na denúncia, a autora defendeu que essa quantia seria, justamente, sua parte do bol o na Mega Sena da Virada. No entanto, para o juiz Enyon de Lemos, a mulher não conseguiu provar que esse crédito sequer existiu. Além disso, “em dois ou três meses, ocorrera inúmeros jogos”, observou.

Sobre o suposto pagamento do bol o, foi comprovado que o valor total da aposta foi estipulado em R\$ 240 — sendo R\$ 60 para cada participante. Questionada em juízo, a mulher não soube informar quanto teria que ter pago para integrar o grupo, citando erroneamente, que “achava” que era cerca de R\$ 30. “V -se, por meio de depoimento pessoal da autora, a fragilidade de suas alega es, pois nem sabia que o bol o era formado por outros participantes, e também não sabia o valor do bol o, pois, perguntada acerca da divisão do pr mio, ela disse que pensava que seria feita somente com ela, depois que descobriu os outros integrantes”, registrou o juiz.

Em sua defesa, o organizador do bol o afirmou que chegou a procurar a amiga para convidá-la a participar da aposta, mas ela não teria se interessado. A divisão dos valores dos bilhetes ficaria em R\$ 60 para cada, mas como ela teria desistido de integrar o grupo, ele pagou duas partes, R\$ 120, e os outros dois amigos dividiram o restante em partes iguais. “Desta forma, não resta d vida que a autora não pagou a quantia de R\$ 60 para o requerido. Pois, além de seu suposto crédito ser bem inferior ao valor das apostas, não há comprova o que esse crédito ainda existia, na época da aposta da Mega Sena da Virada”, concluiu o magistrado.

A favor do homem, o juiz constatou que houve “boa f  com os demais participantes do bol o”, pois, conforme é observado no ofício enviado pela Caixa Econ mica Federal, o valor total do pr mio foi pago, no dia 4 de janeiro de 2013, ao organizador e, só depois foi feita a divisão com os demais integrantes.



A mulher chegou a inquirir testemunhas em seu favor, como vizinhos e amigos. Entretanto, quando questionados em juízo, eles alegaram que “sabiam por alto” da participação da autora no referido bolão. “Extraí-se dos depoimentos que as declarações das testemunhas foram apenas suposições — ‘parece’, ‘ouvi dizer’, ‘falaram no comércio’, faltando objetividade e certeza. No mais, é preciso esclarecer que os negócios jurídicos que possuem o valor firmado acima do décuplo do salário mínimo, impede que as afirmações da autora sejam provadas exclusivamente por intermédio de testemunhas”, concluiu.

Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-GO.